

[ 65 ]

Integração entre economia e meio ambiente

25-09-99

[ Iniciativas esbarram em “Santa Aliança” dos principais poluidores com firmas de saneamento ]

[ É falsa a crença de que impacto de políticas ambientais sobre emprego seja negativo ]

É curioso o contraste que domina a cena internacional sobre os rumos de ação que poderiam tornar mais sustentável o processo de desenvolvimento. Há amplo consenso sobre a indispensável necessidade de incorporar tanto as restrições e oportunidades ambientais nas políticas econômicas, quanto as restrições e oportunidades econômicas nas políticas ambientais. Mas são raros os governos que parecem realmente acreditar nessa integração entre a economia e o meio ambiente, pois até o momento as pioneiras iniciativas escandinavas só foram imitadas pelo governo holandês. Nada de comparável está realmente ocorrendo no resto da Europa, na América do Norte ou no Japão. E não há como esperar que o processo possa avançar no resto do planeta enquanto grassar toda essa perplexidade e paralisia nos três principais pólos dinâmicos da economia mundial.

É óbvio que a desejada integração de políticas esbarra em sérios problemas de conhecimento. Basta lembrar o quanto continuam atrapalhados os economistas, seja em tentativas ortodoxas de subordinar o meio ambiente ao sistema econômico, como em programas de pesquisa que procuram embutir a economia no meio ambiente. Mas também é verdade que não estão sendo devidamente aproveitados os progressos já realizados pela economia ambiental, pela economia ecológica e pela bioeconomia. Ou seja, há certamente outro entrave, de ordem bem pragmática, que explica melhor as verdadeiras razões de tanta timidez governamental com as exigências de um desenvolvimento mais sustentável. E tudo parece indicar que tal entrave é a necessidade objetiva de crescimento rico em empregos. Ou do que seria ainda melhor: da criação de empregos que alavanque o crescimento. É razoável pensar que só haverá integração entre políticas ambientais e econômicas se, onde, e quando, as primeiras incitarem o empreendedorismo.

Felizmente é falsa a crença dominante de que o impacto das políticas ambientais sobre a competitividade e o emprego seja negativo. Os resultados da maioria das análises macroeconômicas vão na direção oposta, principalmente quando não se restringem ao curto prazo, diz a OCDE. Todavia, os mesmos estudos parecem indicar que essa relação positiva tem sido tão branda que não respalda qualquer otimismo sobre a possibilidade de uma solução estrutural para altas taxas de desemprego. Um pesado balde de água fria sobre a diretiva adotada pelo Conselho Europeu em novembro de 1997, que convocou os estados membros da UE a examinar a possibilidade de introdução de taxas sobre a energia e/ou emissões poluentes que possam aliviar a carga fiscal sobre o trabalho. Afinal, essas ecotaxas já atingem até os agrotóxicos na Dinamarca e na Finlândia, e inclusive fertilizantes químicos, na Noruega e na Suécia.

Todos os estudos encomendados pelo Conselho de Análise Econômica criado pelo primeiro ministro francês Lionel Jospin concluíram que a adoção de ecotaxas semelhantes às escandinavas já se justifica

plenamente apenas por seus benefícios ambientais, seja qual for o potencial daquilo que tem sido chamado de “segundo dividendo”: o uso da arrecadação para reduzir outros tributos, a começar pelos que inibem a criação de empregos. Mas não deixam de preconizar que os recursos oriundos das ecotaxas possam vir a ser usados da forma a mais flexível, em vez de ficar vinculados a objetivos pré-determinados. Ou seja, o objetivo de uma ecotaxa não deve ser o de financiar este ou aquele tipo de recuperação ambiental, mas sim o de dissuadir comportamentos que degradam o meio ambiente, favorecendo simultaneamente novas oportunidades econômicas.

Trata-se de uma posição facilmente aceita por convictos adeptos do desenvolvimento sustentável, mas que enfrenta fortíssimas resistências sociais, principalmente entre amplos setores da opinião pública influenciáveis pela santa aliança dos principais poluidores com as firmas de saneamento ambiental. Apoiando-se numa interpretação bem marota do princípio do poluidor-pagador, essa turma gostaria que os recursos de eventuais ecotaxas fossem usados exclusivamente em benefício de suas atividades setoriais. E é precisamente esse tipo de conflito que explica a angustiante vacilação das elites políticas em levar à prática sua consensual vontade retórica de integração entre a economia e o meio ambiente.

Não é por outro motivo que o próprio Alain Lipietz, principal economista do partido verde francês, recém eleito para o parlamento europeu, recomenda que as ecotaxas sejam introduzidas com muita cautela, num processo bem paulatino que deveria incluir uma negociação aberta de uma parte do “segundo dividendo” com o grupo poluidor-saneador. Principalmente para evitar que esse lobby venha a ser apoiado pela massa dos que são obrigados a poluir, isto é, a imensa classe média que não tem como escolher suas normas de consumo. Ou seja, é a vontade de impedir que se forme esse perigoso bloco social que explica a falta de iniciativas mais ousadas. Por isso, o mais provável é que a emulação dos exemplos escandinavos continue bem morosa até que o empresariado comece a se dar conta das vantagens de médio e longo prazos de uma reforma verde do sistema tributário. De uma reforma que incite justamente a ecoeficiência proposta desde 1995 pelo WBCSD, *World Business Council for Sustainable Development*.